

O CARÁTER REDENTOR DA EDUCAÇÃO NO PROJETO MODERNIZADOR LUSO-BRASILEIRO NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Mario Borges Netto¹

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O lugar da Educação na modernidade luso-brasileira no final do século XIX e início do século XX.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

Nesta obra, os autores se propuseram a investigar as singularidades educacionais entre as cidades de Uberabinha e Mafra. O estudo não privilegia somente os aspectos macroestruturais da educação, mas ressalta suas características locais, ampliando o olhar sobre aquelas que lhe eram próprias entre os séculos XIX e XX. Busca, assim, realizar uma análise comparada das realidades educacionais brasileira e portuguesa, tendo como ponto de partida as cidades supracitadas. O livro se apresenta com a intenção de tornar pública uma parte dos resultados das pesquisas realizadas pelos autores entre 2008 e 2010, tendo por aspiração apresentar como a educação foi pensada e quais os esforços práticos empreendidos pelos estados português e brasileiro no campo educacional na passagem do século XIX para o XX, dando destaque para o papel dos municípios no cenário em apreço.

O recorte temporal tem como marca a transição do regime monárquico para o republicano em ambos os países, e é justificado pelo intenso debate acerca da educação nacional provocado pela mudança de regime de governo. No caso brasileiro, o marco temporal é de 1888 a 1928; 1888 em virtude da emancipação política de Uberabinha, e 1928 em razão das

¹ Mestre em educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor do Colegiado do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, *campus* Tocantinópolis.

publicações dos decretos de Francisco Campos, que criaram a reforma educacional mineira. No caso de Portugal (1888-1927), o período abrange o processo que culminou no fim da monarquia lusitana – levada a cabo em 1910 –, na expansão do ensino público e no avanço do processo de municipalização, iniciado em 1870. Sobre a seleção das cidades, nota-se que Uberabinha há tempos se constitui como objeto de estudos de ambos os autores; já Mafra, foi selecionada pela semelhança com Uberabinha quanto à antecipação do fomento à educação municipal.

Os autores direcionam sua análise para as relações entre a história local e global, enfatizando o local, valorizando as abordagens microscópicas das relações educacionais, sem opor, diminuir ou simplificar os aspectos macroestruturais das relações sociais. Em vista disso, é analisado e discutido o contexto educacional português, conforme as propostas educacionais apresentadas e discutidas na Câmara Municipal de Mafra, contrapondo-as e comparando-as com a realidade brasileira e com os esforços educacionais empreendidos pelo município de Uberabinha. Busca-se, então, compreender as contradições estabelecidas na ambiência educacional luso-brasileira. Para tanto, lança-se mão dos instrumentos teórico-metodológicos da História Comparada, em vista de compreender realidades distintas entre si e a formação de diferentes situações educacionais.

Em vista de responder aos objetivos postos, o livro é estruturado em três capítulos. No primeiro, *República, Educação e Modernidade no Brasil e em Portugal*, os autores versam sobre os temas em questão, destacando o ideal de modernidade que esse processo carregou e seus desdobramentos na educação. Num primeiro momento, é feita uma análise conceitual sobre moderno, modernidade e modernização. Sustentados nos estudos de Jürgen Habermas, Marshall Berman e Jacques Le Goff, Carvalho e Carvalho (p.32), entendem a Modernidade como um movimento cultural que instaura uma nova visão de mundo, uma nova consciência, “uma nova percepção de realidade que interferiu nos costumes e nos estilos de vida (na organização social) e cujos indícios mais visíveis foram reconhecidos na Europa do século XVII, sobretudo com o advento da Revolução Industrial”.

Nos países destacados, os ideais modernos começaram a despontar na segunda metade do século XIX, passando a ser percebidos na transição da monarquia para a república. Os países vivenciavam transformações socioeconômicas que faziam do regime monárquico algo cada vez mais obsoleto, expressão da sedimentação dos ideais liberais no território luso-brasileiro.

Uma nova organização social demandava um novo tipo de homem, uma nova formação calcada em novos valores, agora moderna. Pensava-se não só em uma formação moral e intelectual do povo, mas também em sua capacitação para o trabalho. “Os moldes modernos de produzir, baseados na divisão ‘científica’ do trabalho, requeriam do trabalhador uma escolarização mínima que o habilitasse a ler e compreender explicações sobre a forma de produzir e a operação de máquina” (p.39). Além da formação pensada para o povo, os países precisavam fomentar o desenvolvimento de tecnologia, fundamental para o desenvolvimento da indústria e, para tanto, tinham necessidade de dominar a ciência, o que não poderia ser realizado sem as escolas. A educação surge com caráter redentor, um instrumento capaz de formar o novo cidadão para a sociedade democrática e industrial que se anunciava.

No segundo capítulo, intitulado *Minas Gerais e a Organização Nacional da Educação*, os autores apresentam como o estado mineiro se inseriu e participou do processo modernizador do Brasil a partir da Proclamação da República. Assim como no âmbito nacional, o estado de Minas Gerais não poupou esforços para empreender mudanças nos âmbitos econômico, político e educacional. Politicamente, o estado se constitui, ao lado de São Paulo e do Rio Grande do Sul, como uma das grandes forças políticas das primeiras décadas republicanas. Economicamente, a agricultura se mantém como principal atividade econômica, voltada especialmente para o abastecimento do mercado interno, porém inicia-se o processo de industrialização no estado. Com o aparecimento das indústrias, o espaço urbano passa a ser reconfigurado e ampliado. A urbanização é crescente no período destacado pelo livro, seja ela intencional – na criação de novos centros urbanos, como foi o caso da criação da nova capital,

Belo Horizonte –, seja circunstancial, com o aumento do índice demográfico motivado pela industrialização, pela oferta de emprego. No âmbito educacional, imbuídos dos ideais modernos e motivados pelas transformações vivenciadas por Minas Gerais, assim como em âmbito nacional, gerou-se um certo entusiasmo em torno da educação. A instrução pública passou a ser considerada pelas autoridades locais como a grande solução para a “chaga” que assolava todo o território nacional e mineiro: o analfabetismo.

No tocante ao desenvolvimento da industrialização e da urbanização, a educação se tornou um elemento modernizador. Uma vez que foi eleita como instrumento privilegiado para preparar a população, a reforma educacional era premente. Diante desse contexto de mudanças, o estado de Minas Gerais buscou adequar-se aos novos tempos e reformulou o ensino no século XX, dando ênfase principalmente à instrução das classes populares, ao ensino primário, à formação de professores e às escolas normais. Dentre as várias reformas educacionais pelas quais o estado passou, os autores destacaram as duas que tiveram maior abrangência: a Reforma João Pinheiro (1906-1908) e a Reforma Francisco Campos (1927-1928).

A Reforma João Pinheiro ficou marcada pela criação dos grupos escolares em Minas Gerais e pela modernização pedagógica posta em movimento por ela. A referida reforma buscou elevar a qualidade do ensino mineiro, de modo a alavancar as transformações econômicas pelas quais passava o estado. À frente do governo do estado, o empresário João Pinheiro Silva considerava que a educação deveria ser adequada aos novos tempos e às mudanças na esfera produtiva. Para o reformador, à massa trabalhadora devia ser conferida uma instrução que a capacitasse a se inserir nas novas relações de produção, e isso exigia qualificá-la. “Haveria uma revolução nos costumes do ponto de vista moral em benefício da vida econômica” (p.106-107). Era comum no contexto delimitado a noção de massa popular supor ignorância, o que seria combatido pela educação, civilizandoo-a e preparando-a para a modernidade. Nessa lógica, a educação escolar tornou-se fundamental para anular os vícios sociais e regenerar a sociedade, sobretudo as crianças das classes mais

pobres. A reforma teve como foco o ensino primário que, destinado às massas, deveria produzir alunos aptos à leitura e à escrita, tornando-se um instrumento de formação de trabalhadores.

Os autores destacam os quatro pilares principais da Reforma João Pinheiro: 1) em razão dos reduzidos recursos do estado, o governo recorreu à iniciativa privada, cujo estímulo contribuiria para combater o analfabetismo. Isso significou que o ensino primário poderia ser ministrado pelo estado, bem como por instituições particulares e em domicílio, desde que estas fossem submetidas à fiscalização do governo; 2) sem deixar de lado as escolas isoladas e agrupadas, seguindo o modelo paulista, foram construídos os grupos escolares, os quais representavam a aspirada modernidade pedagógica. Essa inovação do espaço físico escolar suscitou também outras mudanças, como a centralidade do método intuitivo e o ensino seriado; 3) em vista da afirmação social da escola, os reformadores deram destaque para a formação de professores por meio da criação da Escola Normal da Capital, destinada exclusivamente ao sexo feminino. A preferência pela admissão feminina estava em consonância com a realidade econômica do estado mineiro. As razões dessa opção podem ser resumidas da seguinte forma: 1) afetiva – a docilidade da mulher era vista como essencial ao processo de ensino; 2) social – estimular a abertura do mercado para o público feminino; 3) econômica – o estado não podia pagar bons salários e a mulher podia submeter-se a tais condições, haja vista que elas eram de classes abastadas e, por isso, o salário era secundário; 4) a reforma estava atrelada à ideia de produtividade, ou seja, havia a exigência de um determinado índice de frequência mínima, além de um número mínimo de alunos por turma e, caso ela não fosse cumprida, o governo fechava a escola.

Nota-se que na década de 1910 a educação popular tornou-se pauta política e ganhou força na década de 1920. O contexto em destaque foi marcado pela primeira grande guerra, a qual disseminou no mundo uma onda de nacionalismo. Diante disso, a educação assumiu a função de desenvolver no povo brasileiro o sentimento nacionalista, haja vista que o país vivia ameaçado pela infiltração de estrangeiros consequente da guerra. Fazia-se

patente a criação de um sistema de ensino capaz de ampliar a oferta da escola primária, por meio do qual se buscava incutir no brasileiro o sentimento nacionalista, bem como erradicar o analfabetismo, até então considerado a chaga que impedia o país de pertencer ao grupo de nações cultas e desenvolvidas. Assim, o país passou a tomar consciência da precariedade das suas escolas e da sua educação.

A educação ganha notoriedade, tornando-se o elemento-chave do desenvolvimento social, sendo entendida como a única forma de se construir uma sociedade democrática. Com base nessa lógica, as reformas do ensino ocorridas na década de 1920 em vários estados e, dentre eles, em Minas Gerais, representaram a preocupação das elites regionais com a educação de sua população. Os entes federativos anteciparam-se ao governo federal e passaram a delinear, por meio de reformas, proposições que preconizavam a constituição de sistemas de ensino e a importância da educação fundamental para o avanço da ordem social liberal-burguesa.

Minas Gerais, presidida por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, deu início às suas iniciativas reformadoras na área da educação a partir do ano de 1927, sustentadas por princípios liberais e motivadas pela efervescência do debate nacional sobre educação. Dá-se início então a um programa de governo do qual se destacaram as iniciativas educacionais. Dentre as suas propostas, os autores destacaram, “[...] a melhoria e expansão das oportunidades de ensino, pois a educação tinha função estratégica na implantação de governo: a ela cabia oferecer ao indivíduo condições do exercício da cidadania” (p.113). Das ações do governo de Antônio Carlos, destacam-se a fundação da Universidade de Minas Gerais (Lei nº 956, de 07/09/1927) e a extensão do ensino primário mediante a construção de uma rede de novas instalações para as escolas e a aquisição de materiais pedagógicos.

O principal nome das mudanças na educação mineira foi Francisco Luís da Silva Campos, então secretário do interior, o qual fez a mais importante reforma do ensino de sua época (Carvalho; Carvalho, 2012). Francisco Campos era uma figura proeminente

no campo educacional brasileiro, uma das personalidades públicas mais importantes da época. Ficou conhecido pela sua crença, fundada nos ideais liberais e na escolanovista, de que, por intermédio da educação, seria possível erradicar os males da sociedade civil. Para ele, ainda, a grande função da escola seria “transformar as pessoas em seres racionais, ou seja, adaptá-las adequadamente à sociedade em que vivem” (p.115). A escola que Campos tratava não era a escola tal como estava implantada pelo Estado. Desse modo, para fazer desenvolver a educação almejada, uma reforma se fazia necessária.

O Decreto 7.970, de 1927, oficializou as reformas dos ensinos primário, técnico-profissional e normal em Minas Gerais, processo conhecido na historiografia como Reforma Francisco Campos; sua principal finalidade era contribuir para a construção de uma sociedade liberal de fato. A reforma se propunha a reconstruir o aparelho do ensino público, as instalações físicas das escolas e as relações entre aluno e professor, bem como todas as relações humanas escolares. Ela preconizava a função educacional do estado e garantia a obrigatoriedade e a laicidade do ensino. Assegurava, ainda, algo pouco visto no contexto educacional, a educação de pessoas deficientes e a educação da infância, garantida pela construção de Jardins de Infância de inspiração froebeliana².

Para os autores, tal reforma possuía um discurso liberal e moderno. Refletia nitidamente as aspirações de uma fração da classe dominante do seu contexto, bem como os anseios dos intelectuais que se ocupavam com a educação. Apesar de a reforma ter enfrentado dificuldades para ser instalada, o movimento de reforma posto em marcha por Francisco Campos teve significativa importância por colocar a educação e a escola a serviço das forças emergentes da sociedade brasileira, comprometidas com a urbanização e a industrialização do país.

² *Jardins de Infância* (Kindergarten) é um termo criado por Friedrich Froebel (1782-1852) para designar um espaço educativo para as crianças. Essa proposta considerava que as crianças deveriam ser cultivadas e cuidadas assim como os jardins participam no desenvolvimento das plantas.

Essa reforma, em conjunto com as demais que se realizaram em outros estados da federação, colocou em movimento o processo de constituição do liberalismo em ideologia educacional.

No terceiro capítulo, intitulado *O lugar do município na modernidade luso-brasileira: ações educacionais em Uberabinha e Mafra*, os autores apresentam os esforços empreendidos pelas elites intelectuais e políticas de cada município em prol da educação local. Consonantes com os movimentos macroestruturais de cada país, Uberabinha e Mafra apresentam a constituição de um aparato legal para propagar e impulsionar as suas escolas públicas. Essas preocupações, expressas em iniciativas políticas e legais, são o que os autores denominam de *município pedagógico*. Tal categoria defendida pelos autores pode ser caracterizada como ações materializadas pelos poderes Legislativo e Executivo para resolver problemas educacionais, que podem caracterizar uma relativa autonomia desses municípios em relação às demais instâncias de poder erigidas pelo advento da República, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Diante da descentralização da função dos Estados Nacionais para com a educação, os municípios assumem para si o compromisso de promover o crescimento e o desenvolvimento educacional. Tal descentralização faz com que os municípios assumam a responsabilidade de promover a instrução à população local, objetivando o seu crescimento social e econômico. Para além dos escritos dos intelectuais e políticos locais, os autores nos revelam que esse compromisso com a educação e a assunção da responsabilidade dos municípios estampavam os textos de jornais e os debates nas câmaras municipais, corroborando o seu pressuposto sobre “a existência de ações direcionadas à presença do município pedagógico no concelho de Mafra nos últimos anos de monarquia, nos primeiros anos da República portuguesa, já no século XX, e na Uberabinha das primeiras décadas do século passado” (p.185). O livro nos revela que os dois municípios investiram muito no setor educacional, o que pode ser comprovado pelas atas das Câmaras Municipais de Uberabinha e de Mafra – fontes históricas privilegiadas no estudo em apreço –, as quais preconizavam leis sobre a instrução pública no município

e apresentavam propostas de construção e melhoria de escolas sob a sua jurisdição.

Diante do que foi apresentado, consideramos que o livro é um exemplo de compromisso dos dois pesquisadores com o campo da História da Educação. Trata-se de um trabalho que discute as principais questões acerca das funções do Estado Nacional no tocante à formação pensada para o povo diante das transformações econômicas e políticas pelas quais os países destacados passavam. A educação surgia com um caráter redentor, como um instrumento capaz de formar o novo cidadão para a sociedade democrática e industrial que se anunciava em ambas as realidades. Há que se destacar também a virtude de agregar a essa discussão as questões ligadas ao compromisso educacional assumido pelos municípios, os quais empreenderam esforços econômicos e políticos para corroborar os projetos societários nacionais que se implementavam em ambos os países. Esses esforços são desdobramentos da opção política de Brasil e Portugal, os quais abriram mão da sua responsabilidade para com a educação e descentralizaram a função de organizar os sistemas de ensino aos entes federados e municípios. Portanto, trata-se de uma leitura recomendável aos pesquisadores da área de História da Educação porque possibilita a reflexão inovadora sobre a função das instâncias do poder político diante da educação.

